

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

Morghana Iantra Garavello Vasconcelos

**GERONTOLOGIA: UMA APROPRIAÇÃO NECESSÁRIA NO HORIZONTE DA
EDUCAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA**

PORTO ALEGRE

1º semestre

2019

Morghana Iantra Garavello Vasconcelos

**GERONTOLOGIA: UMA APROPRIAÇÃO NECESSÁRIA NO HORIZONTE DA
EDUCAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Faculdade de Educação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciada(o) em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Karine Santos

PORTO ALEGRE

1º semestre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Vasconcelos, Morghana Iantra Garavello
Gerontologia: uma apropriação necessária no
horizonte da Educação Social brasileira / Morghana
Iantra Garavello Vasconcelos. -- 2019.
39 f.
Orientadora: Karine Santos.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Educação, Licenciatura em Pedagogia, Porto Alegre,
BR-RS, 2019.

1. Educação Social . 2. Gerontologia. 3.
Envelhecimento . 4. Relações Intergeracionais. I.
Santos, Karine, orient. II. Título.

Morghana Iantra Garavello Vasconcelos

**GERONTOLOGIA: UMA APROPRIAÇÃO NECESSÁRIA NO HORIZONTE DA
EDUCAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de
Pedagogia – Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como
requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 21 de março de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Johannes Doll – UFRGS

Dra. Marilene Alves Lemes

Profª Drª Karine Santos - UFRGS (orientadora)

Oração Ao Tempo

Caetano Veloso

És um senhor tão bonito

Quanto a cara do meu filho

Tempo, tempo, tempo, tempo

Vou te fazer um pedido

Tempo, tempo, tempo, tempo

Compositor de destinos

Tambor de todos os ritmos

Tempo, tempo, tempo, tempo

Entro num acordo contigo

Tempo, tempo, tempo, tempo

Por seres tão inventivo

E pareceres contínuo

Tempo, tempo, tempo, tempo

És um dos deuses mais lindos

Tempo, tempo, tempo, tempo

Que sejas ainda mais vivo

No som do meu estribilho

Tempo, tempo, tempo, tempo

Ouve bem o que te digo

Tempo, tempo, tempo, tempo

Peço-te o prazer legítimo

E o movimento preciso

Tempo, tempo, tempo, tempo

Quando o tempo for propício

Tempo, tempo, tempo, tempo

De modo que o meu espírito

Ganhe um brilho definido

Tempo, tempo, tempo, tempo

E eu espalhe benefícios

Tempo, tempo, tempo, tempo

O que usaremos pra isso

Fica guardado em sigilo

Tempo, tempo, tempo, tempo

Apenas contigo e comigo

Tempo, tempo, tempo, tempo

E quando eu tiver saído

Para fora do teu círculo

Tempo, tempo, tempo, tempo

Não serei nem terás sido

Tempo, tempo, tempo, tempo

Ainda assim acredito

Ser possível reunirmo-nos

Tempo, tempo, tempo, tempo

Num outro nível de vínculo

Tempo, tempo, tempo, tempo

Portanto, peço-te aquilo

E te ofereço elogios

Tempo, tempo, tempo, tempo

Nas rimas do meu estilo

Tempo, tempo, tempo, tempo

Para o João Arthur. Que eu siga "te ensinando as coisas que são certas", ao passo em que tu me ensinas a ser mais pessoa.

AGRADECIMENTOS

Ouso dizer que talvez esta seja a parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso que eu mais tenha ansiado escrever – dado o TANTO que há para agradecer. Agradecer pela companhia e apoio ao longo da Graduação em Pedagogia, ao longo da escrita deste TCC, ao longo dos caminhos da vida. Tal afirmação só comprova o quão privilegiada sou em possuir em meu convívio pessoas tão maravilhosamente gentis. Ao mesmo passo, sou tomada pelo medo de esquecer de aqui mencionar alguém que tenha sido de suma importância tanto para minha formação, quanto para a escrita deste TCC. Caso minhas fervilhantes emoções façam com que isso ocorra, já de antemão peço perdão! Meus gigantes e sinceros agradecimentos:

À Karine. Ah, Karine! Não sei nem dizer que pedagoga eu seria, nesta reta final de curso, se não fosse pelo nosso encontro. Não é exagero afirmar que tu mostraste, sem esforço algum, apenas sendo tu, a pedagoga que eu queria ser. A máxima “quando eu crescer quero ser como tu” jamais fez tanto sentido. Obrigada por tanto, por teres aceitado orientar este TCC *maluco*, fora de época e dos planos. Meu carinho e admiração por ti *não cabem no lattes*.

À banca, Johannes Doll e Marilene Alves Lemes, que gentilmente aceitaram compor este Trabalho, contribuindo enormemente para minha formação.

Johannes, minha enorme gratidão por teres provocado, em 2016, meu encantamento pela Gerontologia. Muito pelo tanto que me identifiquei com a área, mas muito, também, pelo professor e pessoa (admirável) que és.

Mari! Que honra e privilégio ter tua companhia e contribuição neste momento tão significativo da minha formação. Graças aos nossos encontros no CEPOPEs, há muito que admiro tua pessoa, tua força e dedicação, então me sinto muito lisonjeada em ter um pouquinho *de Mari* em meu TCC.

À COMGRAD, nas figuras do Prof. Sérgio Franco e da Ju Freitas, pelas orientações iniciais que fizeram este TCC, de fato, possível.

Ao Levi, por, *às 40 do segundo tempo*, ter inspirado e auxiliado em minha escrita. Obrigada, querido amigo cepepeano! Maria Flor tem muita sorte.

À Camila, pelo auxílio com a formatação. Mas principalmente, por ter entrado na minha vida e, tão rapidamente, ter se tornado tão importante pra mim.

À Dani Campos que, *me levantou* infinitas vezes quando, nos últimos meses, as coisas ficaram difíceis. Amiga, tu não existe! Registro aqui para que a gente nunca se esqueça do quanto nossa amizade floresceu *do asfalto*. Sem tuas palavras de apoio, não sei se teria conseguido concluir esta escrita.

Às amigas que fiz nos corredores da FACED, (em ordem alfabética para não dar briga) Aninha, Bruna (que saudade!), Fê, Lari, Rafa e Vi Bolten: não teria sido a mesma coisa sem vocês! E, fora da curva (pra combinar contigo), a Júlia. Há tanto a expressar sobre ti, que faltariam TCCs, dissertações e teses. Reconheci, nos primeiros dias de aula, uma verdadeira irmã de alma. Não há significados de gratidão suficientes que façam jus ao nosso encontro.

Às amigadas que se firmaram na escola: Dani Vargas e Vi Noer, é um privilégio partilhar os dias e a profissão com vocês! À Nádia, com quem tanto aprendi na *turminha da baleia*.

Às amigas de luta pela educação, Bia, Débs, Fran e Thaís: jamais esquecerei os 53 dias em que moramos juntas em nossa faculdade, reivindicando daquilo que acreditamos. Jamais seremos as mesmas.

Aos professores, educadores, que passaram por minha formação e, essencialmente, constituem quem hoje sou.

Ao CEPOPES, por ter sido *escola*, abrigo de ideias e, cada vez mais, inspiração.

À Ju, por, ao longo de 12 anos de amizade, ter me ensinado tantas coisas e ter realizado o meu sonho de ter uma irmã – mesmo que não de sangue. Ao Gabe, por ser o homem mais íntegro que já conheci. Por ser um amigo tão maravilhoso. À Vanessa e ao Adilson, queridos amigos e compadres, como me alegram os desígnios do destino!

Ao Jordan e à Nani, pelos cafés da manhã, palavras de consolo, ouvidos atentos, carinho e apoio de todas as ordens, durante metade da minha graduação.

Ao meu irmão, João Arthur, por ter me auxiliado na escolha do curso de Pedagogia, no auge de seus 5 anos. Por ser luz.

À Lara, pra sempre meu bebê, que já consegue me pegar no colo e há 12 anos me impulsiona a ser uma pessoa melhor. A dinda sabe que tu vais muito longe!

Ao Vô Emar (in memoria), por ser uma das lembranças mais doces da minha infância. À Vó Pati, por ter sido, minha vida toda, muito mais do que eu precisava. Por fazer parte de mim. Por tua força e pelo teu colinho!

À Vó Vermelha, por adoçar nossas vidas.

Ao meu dindo, Gabriel, por me inspirar criatividade e por ser a dupla dinâmica da minha mãe.

À minha dinda, Jade, por ter me escolhido. Por ser inspiração. Pelo teu amor. Por ser a minha pessoa preferida!

Às minhas tias e tios, primas e primos. Nesta trajetória, muito quis lhes deixar orgulhosos.

Por fim, meu mais importante agradecimento: aos meus pais. Por todos os investimentos, de tempo, de diálogo, de dinheiro que não tínhamos. Por me terem feito acreditar que não havia limites para os meus sonhos. Pelo amor incondicional – no sentido mais genuíno da palavra. Pelo carinho, pela amizade. Pelos planos malucos, pelo respeito e por embarcarem nas minhas furadas. Por terem me propiciado ser uma mulher forte e independente. Eu não seria quem eu sou, quem vocês tanto amam, se não houvesse tanto de vocês em mim. Vocês, cujos espíritos são tão evoluídos que este plano não lhes cabe, são os pais mais incríveis que alguém poderia ter!

Ao meu pai, Marco Aurélio, por ser meu fiel escudeiro. Por ser tão unicamente tu, por me ensinar que não há jeito certo, ou um só jeito, de ser. Pelo desmedido amor.

À minha mãe, Cris, que deixou de ser menina para ser a mãe que eu precisava. Por todos os sacrifícios que fizeste por mim, pela tua força e resiliência. Pelo João Arthur. Pela sororidade. Por me ensinar, verdadeiramente, o amor.

A todos vocês, toda a gratidão que houver nessa vida!

RESUMO

Fundamentado em responder a questão central: “É possível destacar inter-relações entre a gerontologia e a educação social?” este estudo, uma revisão de literatura, tem como objetivo compreender em quais aspectos se relacionam a Educação (e a Pedagogia) Social e o estudo do envelhecimento, mais especificamente pela ótica da educação. Diante da urgente demanda de se compreender mais e melhor a respeito do fenômeno do envelhecimento da população brasileira, esta pesquisa elucida a possibilidade de articular as áreas da Gerontologia e da Educação Social – uma vez que as demandas da população idosa estão, também, intrinsecamente, vinculadas a esta segunda área – principalmente no que se refere às suas especificidades. Com o intuito de cumprir o objetivo manancial deste trabalho, estabeleceram-se aproximações entre as duas áreas anteriormente citadas, a partir da seleção e estudo de obras, artigos, pesquisas, legislação específica e práticas de instituições voltadas para a população idosa, assim como a análise e estudos e políticas públicas realizadas em outros países, já mais avançados na área gerontológica. Apresenta, também, a potencialidade das práticas educativas pautadas nas relações intergeracionais.

Palavras-chave: Educação social; Gerontologia; Envelhecimento; Relações Intergeracionais.

ABSTRACT

Based on answering the central question: "Is it possible to highlight interrelations between gerontology and social education?" This study, a literature review, aims to understand in which aspects Social Education Social Pedagogy and the study of aging are related, mostly from the point of view of education itself. Before the imperative demand to understand more and better about the phenomenon of the aging of Brazilian population, this research elucidates the possibility of articulating the areas of Gerontology and Social Education - since the needs of the elderly population are also, intrinsically, linked to this second area, essentially regarding their specificities. In order to meet the aims of this work, approximations were established between the two fields previously mentioned, based on the selection and study of articles, researches, specific legislation and practices of institutions aimed at the elderly population, as well as the analysis and studies on public policies carried out in other countries, more advanced in the gerontological area. This research also presents the potential of educational practices based on intergenerational relations.

Keywords: Social education; Gerontology; Aging; Intergenerational Relationships.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 PERCURSOS DE VIDA, PERCURSOS PEDAGÓGICOS.....	11
1.2 PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	12
1.2.1 Justificativa	12
1.2.2 Objetivos e pergunta de pesquisa.....	14
1.2.3 Metodologia.....	14
2 ENVELHECER NO BRASIL	17
3 O QUE A EDUCAÇÃO (SOCIAL) TEM A VER COM ISSO?.....	26
4 UM HORIZONTE POSSÍVEL: INTERAÇÃO INTERGERACIONAL	31
5 (IN)CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS	34
REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

Educadores e educadoras: ai daqueles e daquelas, entre nós, que pararem com sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e de anunciar. Ai daqueles e daquelas que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã, o futuro, pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e o agora, ai daqueles que em lugar desta viagem constante ao amanhã, se atrelem a um passado de exploração e de rotina. (FREIRE, apud BRANDÃO, 1988, p. 101)

1.1 PERCURSOS DE VIDA, PERCURSOS PEDAGÓGICOS

Apresentar esta pesquisa é também, de certa forma, apresentar a mim e aos meus *percursos pedagógicos*. Meu interesse pela Educação Social surge mesmo antes que eu soubesse de fato que ela possuía este nome, já que minha curiosidade - ainda ingênua, para só mais tarde tornar-se *epistemológica* (FREIRE, 1996), levou-me para as salas de aula e corredores do curso de Pedagogia sem que eu possuísse certeza de que era aquilo o *tanto* que eu queria da Universidade. Em dúvida entre o curso em quê, de fato, me matriculei e o outro curso em que fui aprovada, Serviço Social, a única certeza que possuía – no auge das efêmeras certezas dos 18 anos, era que queria estudar as questões sociais, pela ótica da Educação. Estudar (e intervir) sobre as vulnerabilidades com as quais me constituí e as tantas outras das quais apenas havia ouvido falar. Assim, os primeiros semestres de Morghana na Pedagogia foram de intensa angústia, não tendo ainda encontrado a área (ainda sem nome) da qual sentia que pertencia.

Até que, no cursar do meu terceiro semestre, minhas amigas me contaram sobre a professora de uma cadeira que estavam cursando. O percurso profissional e acadêmico desta professora condizia com aquilo o tudo que eu sempre falei sobre, sem saber nomear e encontrar. Trata-se da Profa. Dra. Karine Santos, da ainda nova área de Educação Social da UFRGS, que hoje orienta esta pesquisa – e me auxilia, há quase três anos, a encontrar as palavras cabíveis ao tanto que procuro expressar. Assim, no ano de 2016, inicia minha trajetória com a Educação Social, alimentada agora não apenas com meu desejo de saber, mas também com a pesquisa. Além de participar do Coletivo de Educação Popular e Pedagogia Social –

CEPOPES¹, passei a integrar a pesquisa da Profa. Karine, como sua bolsista de iniciação científica pela CAPES². Desde então, sabia que quando chegasse a hora, meu Trabalho de Conclusão de Curso já possuiria uma orientadora e pertenceria à área da Educação Social.

Já o *encontro* da Educação Social com o tema do Envelhecimento surge um pouco mais tarde em minha trajetória, mas também, principalmente, pelo encantamento: através de uma das eletivas que cursei durante a graduação em Pedagogia: *Educação e Envelhecimento: Perspectivas Pedagógicas*, sob incumbência do Prof. Dr. Johannes Doll. Além do meu proeminente interesse sobre a área da Gerontologia, despertado pelo cursar desta eletiva, também cabe aqui reconhecer o tanto que minha trajetória de vida influi na escolha deste tema, já que desde a infância convivi intensamente com idosos – seja em minha família consanguínea, ou nas tantas famílias “emprestadas” das quais já fiz e ainda faço parte.

1.2 PERCURSOS METODOLÓGICOS

1.2.1 Justificativa

Tendo em vista a iminente e eminente demanda de se compreender mais e melhor a respeito do fenômeno do envelhecimento da população brasileira, percebo nesta pesquisa a possibilidade de contribuir tanto com a área da Gerontologia, quanto com a da Educação Social – uma vez que aí localizo as demandas desta população, principalmente as referentes às políticas públicas específicas. A proeminência deste estudo fundamenta-se, principalmente, no que se refere às

¹ O Coletivo de Educação Popular e Pedagogia Social – CEPOPES é um grupo de pesquisa que reúne pesquisadoras e pesquisadores com e sem vínculo acadêmico, estudantes de graduação e pós-graduação, educadoras e educadores sociais e demais profissionais interessadas e interessados em estudar os temas da Educação Social sob a perspectiva da Educação Popular e da Pedagogia Social. Compõe as ações de ensino, pesquisa e extensão da prof. Dra. Karine dos Santos, desenvolvidas na área de Educação Social no Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/cepopes/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

² “O que dizem que fazem e o que fazem de fato: um estudo dos efeitos das práticas educativas de ONGs”, projeto de pesquisa coordenado pela Profa. Dra. Karine dos Santos na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no período de 01/01/2016 a 30/07/2018.

previsões estatísticas alusivas à população idosa. Entre estas, a de quê, no ano de 2017, da população brasileira de cerca de 207 milhões de habitantes, mais de 30 milhões eram idosos (IBGE, 2018). Seguindo esta tendência de crescimento, este grupo etário tende a chegar à marca de quase 60 milhões no ano de 2060 – o que se refere a quase 30% da população brasileira estimada para este ano (IBGE, 2013).

Considerando estes elevados números, torna-se evidente a necessidade de se ocupar das especificidades e necessidades desta população. Dentre elas, a garantia do direito ao acesso à educação – seja em um sentido *reparador*, para aqueles que não tiveram este acesso quando mais novos, ou no sentido de uma educação continuada. Historicamente, salvo raras exceções, a educação de adultos no Brasil não tem se ocupado de elaborar mecanismos e práticas voltados especificamente aos idosos. Há ínfimos registros, de projetos isolados, tal como o Programa Sesc Maturidade Ativa, criado em 2003, mas que não necessariamente se adequa como um projeto *educativo*. Para podermos balizar o que o seria, de fato, é preciso, primeiramente, definirmos a qual projeto de educação nos referimos. Aqui, quando nos referirmos a *projeto educativo* (de fato significativo para este grupo etário), será no sentido de uma educação transformadora e *libertadora* (FREIRE, 1967). Em um contexto de perdas de direitos – vide projeto de Reforma da Previdência³, parece ser necessário (re)dizer o óbvio, assim como reafirmar a importância de defender Políticas Públicas que contemplem as populações que mais delas necessitam.

³ Utilizando-se de termos (traíçoeiros) como *gasto* e *privilégios*, o Governo brasileiro anuncia uma nova configuração para a Previdência que, resumidamente, aumenta o tempo de contribuição e a idade mínima para a aposentadoria. Nova PEC da previdência disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/novaprevidencia/noticias/uma-nova-previdencia-para-todos-e-melhor-para-o-brasil>>. Acesso em: 24 fev. de 2019.

1.2.2 Objetivos e pergunta de pesquisa

Intento, com este estudo, compreender as inter-relações entre a Educação (e a Pedagogia) Social e o estudo do envelhecimento (gerontologia) – sendo este meu objetivo geral. Como objetivos específicos, aponto, então:

- Compreender melhor o perfil do envelhecimento no Brasil;
- Destacar conceitos e preceitos da Educação Social que a aproximem da Gerontologia;
- Apontar quais são as premências deste grupo etário no que se refere ao campo da educação social.

Para contemplar estes objetivos, destaco a seguinte pergunta de pesquisa:

“É possível destacar inter-relações entre a gerontologia e a educação social?”

1.2.3 Metodologia

A partir da seleção e estudo de obras, artigos, pesquisas, legislação específica e práticas de instituições voltadas para esta população, assim como a análise e estudos e políticas públicas realizadas em outros países, já mais avançados na área gerontológica, intento responder esta pergunta de pesquisa. Este estudo, uma revisão de literatura, delinea através da interpretação da bibliografia selecionada, algumas aproximações entre as áreas da Educação Social e da Gerontologia. Para tanto, este trabalho organiza-se em três capítulos, além desta *Introdução* – que aponta os caminhos percorridos para a sua escrita e de uma posterior seção de encerramento, (In)*Conclusões e perspectivas*, no qual busco elaborar um apanhado das ideias aqui apresentadas, enfatizando as descobertas encontradas e possíveis futuros caminhos a seguir. Os três capítulos em que se desenvolve esta pesquisa são:

1) *Envelhecer no Brasil*, no qual intento traçar perfis dos idosos e do processo de envelhecimento no Brasil, comparando-o com este processo a uma conjuntura global. Apresento, também, alguns dados estatísticos referentes à população geronte, assim como destaco algumas garantias asseguradas na legislação brasileira referente aos idosos.

2) *O que a Educação (Social) tem a ver com isso?*, neste capítulo, procuro articular definições de Educação e de Pedagogia Social, diferenciando e apresentando-as. Também será esboçado um breve panorama do *desenrolar* da Educação Social no Brasil – e, de que modo, localizo a Gerontologia, essencialmente, em seu cerne.

3) *Um horizonte possível: interação intergeracional*, nesta seção, apresento o exemplo de uma prática educativa portuguesa, embasada na *educação intergeracional*, explicitando suas características que configuram um interessante *horizonte* para a Gerontologia no Brasil.

Conforme mencionado anteriormente, este trabalho se configura como uma revisão de literatura. Para tanto, realizei pesquisas em repositórios digitais, principalmente o SciELO⁴, Lume⁵ e Google Scholar⁶, buscando por termos como *envelhecimento*, *gerontologia* e *educação e pedagogia social*. Neste sentido, a maior parte dos resultados tratava de estudos e pesquisas provenientes da área da saúde – o que não seria de grande relevância para este trabalho, uma vez que ele trata de destacar as inter-relações entre o envelhecimento e a área da *educação*. Foi preciso, então, fazer um *pot-pourri* dos achados de pesquisa, misturando os distintos elementos dos trabalhos acadêmicos e legislações encontrados de forma multi e interdisciplinar – como é, essencialmente, a Gerontologia. Nos estudos sobre o envelhecimento destaco, além da relevância dos trabalhos do Prof. Dr. Johannes Doll, os relatos de experiências educativas para o envelhecimento provenientes de Portugal. O *tom* deste trabalho se dá, em grande parte, pelos achados de pesquisa referentes a tais práticas realizadas no país Europeu. Dadas as devidas proporções e continentais distinções, a análise de trabalhos como o realizado no curso de Educação Social na ESEV (Escola Superior de Educação de Viseu) e a aproximação com o trabalho desenvolvido pela professora acadêmica portuguesa Cristina Palmeirão se mostraram de suma significância para o desenvolvimento deste TCC. Foi um dos textos de Palmeirão, inclusive, que inspirou a escolha do título deste trabalho: *A educação intergeracional no horizonte da Educação Social: compromisso*

⁴ O SciELO é uma biblioteca digital/eletrônica de livre acesso, na qual são publicados periódicos científicos. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

⁵ O Lume é o repositório digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

⁶ Ferramenta do site de pesquisas *Google*, que viabiliza a busca de trabalhos e pesquisas acadêmicos. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

do nosso tempo (PALMEIRÃO, 2008) tomou uma nova e tupiniquim roupagem como *Gerontologia: uma apropriação necessária no horizonte da Educação Social brasileira*. Evidenciados os *caminhos* de pesquisa, é possível, então, prosseguir para as seções deste trabalho que mais especificamente retratam o assunto de cada capítulo.

2 ENVELHECER NO BRASIL

“Quando a velhice chegar, aceita-a, ama-a. Ela é abundante em prazeres se souberes amá-la. Os anos que vão gradualmente declinando estão entre os mais doces da vida de um homem. Mesmo quando tenhas alcançado o limite extremo dos anos, estes ainda reservam prazeres.” (Sêneca)

Esta seção tratará de apresentar um breve apanhado sobre alguns fatores do envelhecimento no Brasil – em consonância ou não com o envelhecimento no mundo. Busca-se, também, compreender de qual sujeito idoso nos referimos: quais as especificidades de envelhecer no Brasil? O que os autores têm dito a essa respeito? O que a legislação de proteção ao idoso garante na esfera da educação?

Adventos tecnológicos, a descoberta da penicilina, diminuição da mortalidade infantil, aumento na expectativa de vida e maior acesso a saneamento básico: são apenas alguns dos fatores que contribuem para que a chegada à velhice se dê cada vez em maior escala. Atingindo primeiramente os países desenvolvidos, com melhor qualidade de vida, este fenômeno já vem se mostrando um expoente no emergente horizonte brasileiro – conforme apontam o seguinte gráfico do IBGE, elaborado pelo Instituto a partir do censo de 2010:

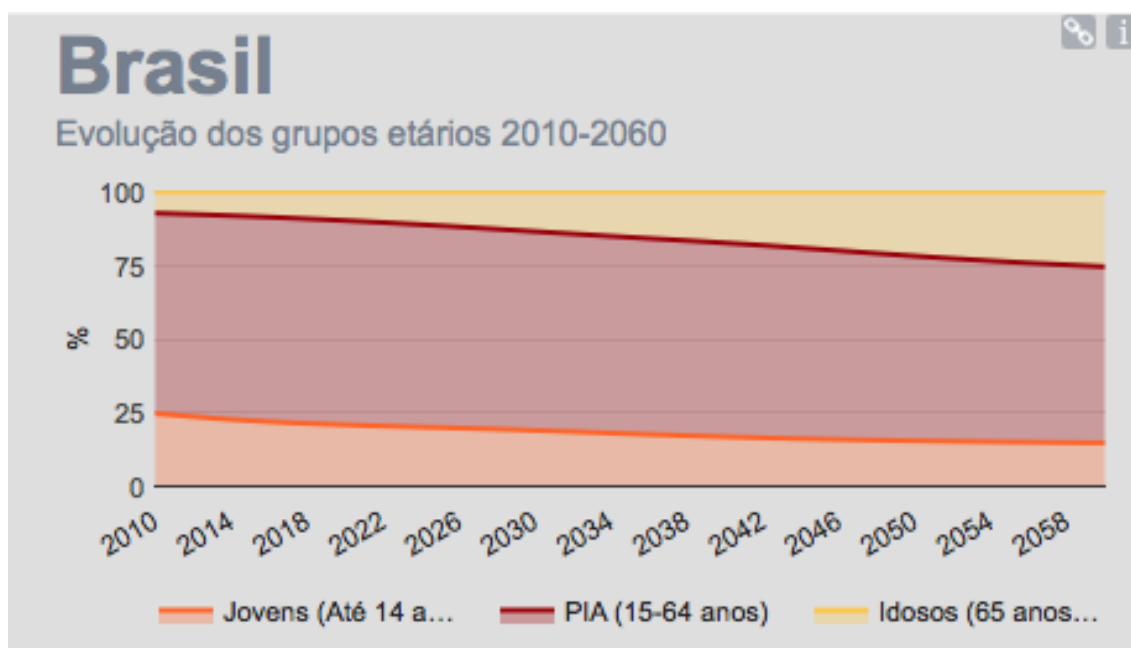


Figura 1: Projeção da população do Brasil, elaborado a partir do censo de 2010

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>> Acesso em 12 mar. 2019

Considerando que, tanto em um panorama global, quanto especificamente em nosso país, estaremos compondo uma população cada vez mais envelhecida, é urgente que sejam pensadas especificidades acerca deste grupo etário. Para tanto, torna-se indispensável compreender a quais sujeitos nos referimos, delineando um possível perfil para os idosos brasileiros, destacando o que concerne a influência do campo da educação neste processo. A constatação de que, no Brasil, “embora as pessoas estejam vivendo mais, a qualidade de vida não acompanha essa evolução” (MENDES et al., 2005, p. 423) é determinante para compreendermos a *quais velhices* nos referimos ao falar do envelhecimento brasileiro. Ao pluralizar o termo, é possível destacar que, ao falar sobre os sujeitos do envelhecimento, referenciamos não, necessariamente, de um lugar inteiramente comum, mas de *diversos lugares*, com recortes diversos. Assim, fica nítido que a determinação de *qual envelhecimento* o indivíduo terá está indissociavelmente atrelado à questão social. Ou seja, quanto mais dinheiro, maior a qualidade de vida. E quanto mais qualidade de vida, “melhor”, mais agradável e mais assistido será o processo de envelhecimento deste sujeito.

Um estudo de 2002 do IBGE que relaciona, especificamente, dados sobre idosos, aponta que esta população apresenta mais problemas de saúde do que a população geral: mais de 70% dos entrevistados que afirmaram ter consultado um médico no ano anterior à pesquisa do Instituto possuíam mais de 65 anos. Dos poucos estudos acadêmicos brasileiros a respeito da população idosa, sua maioria foi (e é) feita pela área da saúde. Isto se deve, principalmente ao fato de que, sem o acesso aos adentros da área da saúde, muito provavelmente não teríamos alcançado estatísticas tão elevadas quanto ao envelhecimento populacional. Esta área tem feito, a nível mundial e também em nosso país, investimentos em pesquisa científica com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população, diminuindo efeitos do envelhecimento e atenuando patologias. Mas, se, por um lado, intensifica-se o entendimento das especificidades gerontológicas no que diz respeito à área da saúde – como investimentos em melhorias nas próteses dentárias, tratamento para perda de audição e de memória, tal como para a mastigação e deglutição, entre outros, o aspecto *humano* do envelhecimento ainda não possui tanta apropriação por parte dos pesquisadores. Em seu texto, *Educação e Envelhecimento: desafios no mundo contemporâneo*, Doll (2014) nos confirma a ideia de que a educação não

tem, historicamente, se ocupado do estudo do envelhecimento. Este quadro começou, timidamente, a mudar no Brasil a partir do 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos, de 1947. De meados para o final do século XX, as concepções educativas se ampliam, ao passo em que passam a se considerar o envelhecimento como um processo integral e contínuo no desenvolvimento dos seres humanos. Abre-se, assim, espaço, para que sejam pensadas práticas educativas voltadas para a população envelhecida.

Wahl e Heyl (2004) descreveram 12 pontos essenciais da Gerontologia e, com base nesses autores, Doll (2014, p. 7-8) destaca em seu texto os três pontos que, indissociavelmente, perpassam a educação:

Ponto	Descrição
3. Envelhecimento como um processo que perpassa a vida inteira ancorada na biografia	<p>Uma vez que se compreende a continuidade <i>do envelhecer</i>, compreendemos que ele está presente em todas as fases de nossa vida. Assim, entendemos que, mesmo que um ator da educação não trabalhe diretamente com a educação de idosos, a própria educação da infância é fator determinante para os processos de envelhecimento. Isto se dá em diversos aspectos, dentre eles:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) os acessos à educação que o idoso em questão teve durante a infância e juventude. Este fator pode influenciar e até mesmo determinar se este idoso irá acessar a rede de Educação de Jovens e Adultos, por exemplo. Para idosos que tiveram este acesso negado ou até mesmo interrompido durante as primeiras décadas de suas vidas, este espaço, a escola, passa a ser um espaço de muitos ganhos - durante uma fase da vida em que muitas vezes evidenciam-se as perdas. 2) as concepções de velhice pelos olhos das infâncias, embora fortemente influenciadas pelos

	bens culturais e de consumo, também perpassam a educação, uma vez que, se abordada na escola de modo a desmitificar estereótipos, esta passa a ser uma discussão que pode auxiliar no processo de compreensão e aproximação entre gerações. As relações intergeracionais serão mais amplamente abordadas no capítulo 3.
4. Envelhecimento como um processo determinado socialmente	A partir deste ponto, pode-se fazer uma leitura do envelhecimento como processo cultural, ou seja, distinto tanto entre diferentes povos – com seus diferentes costumes, como entre os diferentes indivíduos – com suas diferentes histórias de vida (o que também remete ao aspecto biográfico do envelhecer citado no ponto 3).
12. Envelhecimento como um processo com plasticidade dentro de certos limites	Ao determinar que o envelhecer se dá, também, com plasticidade, confirmamos as diversas possibilidades de ações educativas que podem ser planejadas e executadas no sentido de melhorar a qualidade de vida da população idosa. Neste intento, a área da educação (e, especialmente, da Educação Social), tem muito a se ocupar no que se refere a pensar estas ações, de modo que sejam efetivas.

Quadro 1 – Descrição dos pontos essenciais da gerontologia referentes à educação segundo Wahl e Heyl (2004)

Fonte: Wahl e Heyl (2004) apud Doll (2014, p. 7-8).

Destaca-se, dentre as ações sociais planejadas para a população idosa mundo afora, a criação das Universidades da Terceira Idade, originalmente instituída pelo Professor Pierre Vellas, na França. Vellas, assim como estudiosos brasileiros da Educação Social criticam o caráter assistencialista que diversas vezes recai sobre a implementação de políticas públicas pela Assistência Social, também era crítico de uma visão condescendente dos serviços prestados à população idosa até então. Doll afirma que, em quase todos os países, as primeiras ações de intervenção junto à população idosa se deram com caráter assistencialista – o que, embora não possa

descartar a legitimidade de uma intenção educativa ali presente, também não pode ser considerada como uma ação que promova *emancipação*. O autor também destaca (p. 8) as percepções de David A. Peterson (1976) no que se refere à *Gerontologia Educacional*. Esta é a compreensão que adotaremos neste estudo, uma vez que aponta a gerontologia na área da educação como o desenvolvimento de práticas educativas que sejam referentes à população idosa, **SOBRE** ela, ou **PARA** ela. Neste horizonte de pensar mais e melhor a respeito de pedagogias gerontológicas, será necessário que se afirmem nos cursos superiores, uma formação de qualidade, para lidar de forma sólida com suas demandas específicas. Assim, apontamos um dos primeiros desafios da inter-relação entre velhice e educação no horizonte brasileiro: a formação profissional. Neste sentido, o próprio documento da Política Nacional do Idoso (1994) aponta este compromisso (BRASIL, p. 92):

Mas as áreas de educação e de ciência e tecnologia também precisam ser acionadas e se engajarem, para produzir informações e formação adequadas ao novo perfil demográfico do país, atendendo ao diagnóstico da situação atual de pouco conhecimento específico e de falta de preparação dos profissionais.

No que concerne à legislação brasileira voltada aos idosos, seu principal expoente é o Estatuto do Idoso. Publicado como Lei Federal no ano de 2003, o Estatuto visa assegurar direitos e garantias dessa população – considerando idoso todo e qualquer indivíduo com idade igual ou superior a 60 anos. Anterior à promulgação do Estatuto do Idoso, houve a expedição da Política Nacional do Idoso, datada de 1994. Ambos documentos englobam as diversas áreas que permeiam as vidas dos sujeitos – saúde, segurança, habitação, justiça e *educação*. Quanto ao que se refere à educação, exponho, a seguir, um esquema que abrange algumas destas leis:

Política Nacional do Idoso (1994)
<p>CAPÍTULO IV - Das Ações Governamentais</p> <p>Artigo 10</p> <p>III - na área de educação:</p> <p>a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;</p> <p>b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e</p>

- a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- c) incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores;
- d) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- e) desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso;
- f) apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber;

Estatuto do Idoso (2003)

CAPÍTULO V

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1.º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

Art. 3.º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Quadro 2 - Referências à educação presentes no Estatuto e na Política Nacional do Idoso

Com o intuito de compreender melhor o processo que se deu para a instituição de ambos os documentos na legislação brasileira, podemos observar, a seguir, um quadro elaborado por Fernandes e Soares (2012, p. 1497), contemplando alguns marcos históricos significativos para a população idosa:

Quadro 1 – Marcos históricos consagrados

1974	Por meio da Lei nº 6.179, foi criada a Renda Mensal Vitalícia, através do então Instituto Nacional de Previdência Social – INPS ⁽⁸⁾ , e de decretos, leis, portarias, referentes, principalmente, à aposentadoria.
1977	Foi criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), (Lei nº 6.439) integrando: o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS, a Fundação Legião Brasileira de Assistência – LBA, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor FUNABEM, a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – DATAPREV, o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS, para unificar a assistência previdenciária ⁽⁹⁾ .
1982	Foi realizada a I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (ONU) ⁽¹⁰⁾ , em Viena, que traçou as diretrizes do Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento, publicado em Nova York em 1983. Esse Plano de Ação almejou sensibilizar os governos e sociedades do mundo todo para a necessidade de direcionar políticas públicas voltadas para os idosos, bem como alertar para o desenvolvimento de estudos futuros sobre os aspectos do envelhecimento ⁽²⁰⁾ .
1986	Foi realizada a 8ª Conferência Nacional de Saúde que propôs a elaboração de uma política global de assistência à população idosa.
1988	Foi promulgada a Constituição Cidadã – Constituição Federal ⁽¹⁰⁾ , que destacou no texto constitucional a referência ao idoso. Essa foi, de fato, a primeira vez em que uma constituição brasileira assegurou ao idoso o direito à vida e à cidadania: A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida. - § 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares. - § 2º Aos maiores de 65 anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos(CF, art. 230, 1988) ⁽¹⁰⁾ .
1993	Foi aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – Lei 8.742/93 ⁽¹¹⁾ , que regulamenta o capítulo II da Seguridade Social da Constituição Federal, que garantiu à Assistência Social o <i>status</i> de política pública de seguridade social, direito ao cidadão e dever do Estado. A LOAS inverte a cultura tradicional dos programas vindos da esfera federal e estadual como pacotes, e possibilita o reconhecimento de contextos multivariados e, por vezes universais, de riscos à saúde do cidadão idoso. Cita o benefício de prestação continuada, previsto no art. 20 que é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com setenta anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.
1994	Foi aprovada a Lei Nº 8.842/1994 que estabelece a Política Nacional do Idoso (PNI) ⁽¹²⁾ , posteriormente regulamentada pelo Decreto Nº 1.948/96.6, e cria o Conselho Nacional do Idoso. Essa Lei tem por finalidade assegurar direitos sociais que garantam a promoção da autonomia, a integração e a participação efetiva do idoso na sociedade, de modo a exercer sua cidadania. Estipula o limite de 60 anos e mais, de idade, para uma pessoa ser considerada idosa ⁽¹³⁾ . Como parte das estratégias e diretrizes dessa política, destaca-se a descentralização de suas ações envolvendo estados e municípios, em parceria com entidades governamentais e não governamentais. A Lei em discussão rege-se por determinados princípios, tais como: assegurar ao idoso todos os direitos de cidadania, com a família, a sociedade e o Estado os responsáveis em garantir sua participação na comunidade, defender sua dignidade, bem-estar e direito à vida. O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade de forma geral e o idoso não deve sofrer discriminação de nenhuma natureza, bem como deve ser o principal agente e o destinatário das transformações indicadas por essa política. E, por fim, cabe aos poderes públicos e à sociedade em geral a aplicação dessa lei, considerando as diferenças econômicas e sociais, além das regionais.
1999	Foi implantada a Política Nacional da Saúde do Idoso pela Portaria 1.395/1999 do Ministério da Saúde (MS) que estabelece as diretrizes essenciais que norteiam a definição ou a redefinição dos programas, planos, projetos e atividades do setor na atenção integral às pessoas em processo de envelhecimento e à população idosa. Essas diretrizes são: a promoção do envelhecimento saudável, a prevenção de doenças, a manutenção da capacidade funcional, a assistência às necessidades de saúde dos idosos, à reabilitação da capacidade funcional comprometida, a capacitação de recursos humanos, o apoio ao desenvolvimento de cuidados informais, e o apoio aos estudos e pesquisas. E ainda, tem a finalidade de assegurar aos idosos sua permanência no meio e na sociedade em que vivem desempenhando suas atividades de modo independente ⁽¹⁴⁾ .
2002	Foi realizada a II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento em Madrid – Plano Internacional do Envelhecimento – que tinha o objetivo de servir de orientação às medidas normativas sobre o envelhecimento no século XXI. Esperava-se alto impacto desse plano nas políticas e programas dirigidos aos idosos, principalmente, nos países em desenvolvimento, como o Brasil. Dessa feita, ele foi fundamentado em três princípios básicos: 1) participação ativa dos idosos na sociedade, no desenvolvimento, na força de trabalho e na erradicação da pobreza; 2) promoção da saúde e bem-estar na velhice; e 3) criação de um ambiente propício e favorável ao envelhecimento ⁽¹⁵⁾ .
2003	Foi realizada a Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento da América Latina e Caribe, no Chile, na qual foram elaboradas as estratégias regionais para implantar as metas e objetivos acordados em Madrid. Foi recomendado aos países que, de acordo com suas realidades nacionais, propiciassem condições que favorecessem um envelhecimento individual e coletivo com segurança e dignidade. Na área da saúde, a meta geral foi oferecer acesso aos serviços de saúde integrais e adequados à necessidade do idoso, de forma a garantir melhor qualidade de vida com manutenção da funcionalidade e da autonomia ⁽²¹⁾ .
2003	No Brasil, entra em vigor a Lei nº 10.741, que aprova o Estatuto do Idoso destinado a regular os direitos assegurados aos idosos ⁽¹⁶⁾ . Esse é um dos principais instrumentos de direito do idoso. Sua aprovação representou um passo importante da legislação brasileira no contexto de sua adequação às orientações do Plano de Madri.
2006	Foi realizada a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, na qual foram aprovadas diversas deliberações, divididas em eixos temáticos, que visou garantir e ampliar os direitos da pessoa idosa e construir a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa – RENADI ⁽¹⁷⁾ .

Figura 2: Marcos históricos significativos para a população idosa brasileira

Fonte: Fernandes e Soares (2012, p. 1497)

A ascensão de governos conservadores e de direita em diversos países no mundo – e dentre eles, o nosso, vem colocando-nos em um contexto de perda de direitos. Conforme aponta Scott (2002, p.111), “questiona-se menos a justiça da ideia dessa redistribuição de renda e mais o próprio processo de designação dos beneficiados”. Também neste sentido, Souza et al (2002, p.192) afirmam que o

sujeito idoso que necessita da aposentadoria é “indevidamente responsabilizado pelos problemas provocados ora pela má administração pública, ora pelo uso inadequado dos escassos recursos dirigidos a ambos os setores”. Garantias de dignidade humana que julgávamos inabaláveis, estão também ameaçadas. Neste contexto, fundamenta-se a “reforma” da Previdência brasileira, mascarada na ideia de que, dado o mais amplo envelhecimento da população, os sujeitos jovens passam a *sustentar* os grupos aposentados, causando *desequilíbrio* e crise nas finanças do país.

Levando em conta que a parcela da população que mais necessita da Previdência Social são os sujeitos empobrecidos – uma vez que os grupos de maior poder aquisitivo tendem a pagar por uma previdência privada e a planejar poupanças ao longo da vida, entendemos que a aprovação desta PEC terá profundas consequências na qualidade de vida dos brasileiros cuja situação socioeconômica não é pautada em grandes privilégios. Embora este *ataque* à aposentadoria não seja uma novidade em termos de plano de governo, apresenta mais uma série de desafios na gestão do envelhecimento de nossa população – uma vez que entre, as classes populares e média, diante de altos índices de desemprego, há cada vez mais famílias que garantem seu sustento e sobrevivência graças à aposentadoria de algum idoso da família.

Além do que se refere às especificidades socioeconômicas das diversas possíveis faces *das velhices*, há singularidades de outras ordens que também são determinantes nos processos de envelhecimento dos sujeitos. Dentre estas, o *gênero* com o qual o idoso em questão se identifica também é de intensa relevância, uma vez que homens e mulheres envelhecem de maneiras distintas – uma vez que *vivem* de maneiras distintas, dados os recortes de gênero. Outra singularidade destacável, é a que concerne à *fase* de envelhecimento em que o sujeito se encontra, uma vez que é impossível considerar as mesmas características e especificidades para idosos de 65 anos e centenários, por exemplo.

Considerando estes fatores, retomamos a ideia de que há mais de uma velhice, dependendo de diversas particularidades dos sujeitos em questão, mas, principalmente, dependendo da classe social, do poder aquisitivo em que se encontra e que se possui, do gênero e da fase de envelhecimento aos quais

pertencem. Logo, sua *qualidade de vida* também dependerá destes fatores. Retomando Souza et al (2002), no que se refere ao estilo de vida do sujeito idoso “ele é apenas um dos elementos num conjunto de condicionantes que também precisam ser considerados, tais como as condições de existência, o ambiente e a assistência médica” (p. 205).

3 O QUE A EDUCAÇÃO (SOCIAL) TEM A VER COM ISSO?

No contexto brasileiro, a pedagogia social não alcançou a mesma atenção como nos países europeus. Por um lado, a pedagogia nas Faculdades de Educação voltou-se quase exclusivamente para a educação formal, também porque uma escolarização adequada para toda a população representa no Brasil um desafio ainda não resolvido até hoje.

(KARL; DOLL, 2006, p. 46)

Este capítulo objetiva apresentar a área da Educação Social, principalmente no que se refere às suas aproximações com a temática do Envelhecimento, destacando alguns conceitos e alguns momentos históricos desta área no Brasil. Aborda, também, algumas atribuições do Educador Social e o espaço de importância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nas Políticas Públicas da Assistência Social.

Antes que se pretenda anunciar algumas relações entre as demandas da população idosa e a Educação Social, é preciso evidenciar ao que se refere esta área da educação. A critério de exemplo ilustrativo, podemos afirmar que a Educação Social está para os sujeitos em situação de vulnerabilidade social, assim como a Educação Especial está para os sujeitos com deficiências. Conforme afirma Monteiro (2011, p.30), “*compreender a vulnerabilidade social é pressuposto para avaliar o alcance das políticas sociais*”. Contudo, é importante que compreendamos que o conceito “vulnerabilidade social” não suficientemente faz jus às especificidades e subjetividades dos sujeitos que sofrem dificuldades de sobrevivência por conta da desigualdade (MARTINS, apud SANTOS e LEMES), uma vez que os rotula, sem especificamente apresentar suas questões. Assim, mantendo o devido cuidado na utilização do termo, podemos afirmar que, para compreender de que modo a população idosa se encaixa como *personagem* da Educação Social e a essencialidade de se pensar políticas sociais educativas para estes sujeitos, precisamos, em um primeiro momento, compreender ao que nos referimos a tratar de *vulnerabilidade social*. Monteiro também alega que se trata de um processo de origem múltipla: “A vulnerabilidade passa a ser compreendida a

partir da exposição a riscos de diferentes naturezas, sejam eles econômicos, culturais ou sociais, que colocam diferentes desafios para seu enfrentamento” (MONTEIRO, 2011, p.32).

Considerando as especificidades nas demandas da população envelhecida e localizando-a como em situação de risco a identificamos, também, como referente ao campo de estudo (e trabalho) da Educação Social. Esta esfera da educação, dentre os muitos dilemas que contempla, refere-se, essencialmente, no compreender das *questões sociais*. Assim como nos aponta Dias (2018, p.17):

Práticas educativas que podem ser categorizadas/descritas como Educação Social já acontecem no Brasil – e no mundo – há muito tempo. Elas surgem de necessidades sociais decorrentes do esgarçamento do tecido social, do enfraquecimento das relações sociais de apoio mútuo ou de violação de direitos, muitas vezes associados a processos de urbanização, de industrialização ou de conflitos bélicos, imersos nas especificidades de cada contexto.

No que se refere ao histórico da Educação Social no Brasil, uma das mais importantes afirmações é a de que a Assistência Social se origina em terrenos filantrópicos de cunho *caridoso* e cristão, imbricando à Educação Social, desde suas origens, um caráter assistencialista e condescendente. Permeado por essa visão e enxergando seus sujeitos aquém da sociedade *direita*, até as primeiras décadas do século XX “a questão social era assumida como sendo uma questão de polícia, e não de política social” (LEMES, 2017). A este respeito e, mais especificamente, no que se refere à Educação Social como campo profissional e de formação, Machado (2014, p. 185) afirma que:

as práticas de Educação Social podem ser identificadas há muitos anos no contexto educativo não oficial do país, mas com diferentes terminologias, nomenclaturas e também origens. O que pode ser considerado recente é a busca pela estruturação da Pedagogia Social como área acadêmica de formação e da Educação Social como campo profissional.

Conforme mencionado anteriormente neste trabalho, o contexto de nosso país aponta para a desigualdade – o que também acomete a população aqui evidenciada – a população idosa. Uma vez que há distintas velhices, *para distintas*

classes sociais, compreendemos que os acessos a necessidades básicas – como atendimento de saúde, habitação e cuidados diários, passam a ser, também, distintos. Se a legislação específica que rege os direitos dos idosos afirma sua preferência nestes atendimentos, o mesmo não se confirma na prática. Assim, a qualidade de vida na velhice passa a ser um privilégio de quem pode pagar por ela. Se o acesso a algo tão vital como o atendimento em saúde não se dá de forma genuína, o acesso a uma educação pensada para o envelhecimento ainda está longe de ser amplamente planejado e difundido. Considerando que o Brasil teve menos de dois séculos para se desenvolver como nação independente – e, ainda neste período, fazendo-se e refazendo-se de períodos ditatoriais, podemos conceber estas mazelas, também, como reflexos tanto destes períodos coloniais e ditatoriais, como da *terra idade* de nossa nação.

Assim como em outros países, acometidos pela Segunda Guerra Mundial foi no período de refazimento pós-guerra que observamos um intenso processo de reconstrução e reestabelecimento dos direitos humanos, no Brasil os primeiros ensaios do que hoje se compreende por Educação Popular – uma das *sementes* da Educação Social, também se deu em um cenário de refazimento. Um dos principais expoentes mundiais da Educação Popular, o brasileiro Paulo Freire, publicou seus principais escritos durante o período de Ditadura Militar da América Latina, sendo exilado por mais de dez anos. Neste sentido e, considerando que as mudanças sociais se dão em arenas conflituosas (STRECK, 2012), atentamos ao fato de que os documentos de lei pensados para idosos foram instituídos no período de redemocratização do Brasil.

Se Educação Popular “inunda” a Educação Social, é preciso que compreendamos, também, a intrínseca relação entre Educação e Pedagogia Social – e, também, suas relações com a educação de modo geral. Conforme explicitado por Machado (2014, p.37):

Por considerar a Pedagogia Social como a leitura científica e teórica da Educação Social - perspectiva defendida por pesquisadores de diferentes países-, não se pode deixar de considerar que se trata de áreas que surgem da Pedagogia e da Educação geral, mas que devido às suas especificidades, com o passar do tempo, foram demarcando suas diferenças diante da Pedagogia Escolar e que por isso não adentram da mesma maneira nos sistemas nacionais de educação em todos os países onde é encontrada.

Embora este trabalho não compreenda a intenção de apresentar, de fato, definições teóricas das diferentes compreensões do que se entende por Educação e Pedagogia Social e suas relações de interdependência, este breve panorama é necessário para que compreendamos as incumbências de possíveis práticas educativas voltadas para o envelhecimento, pautadas na Educação Social. O fato de não haver no Brasil, nenhuma graduação específica voltada para a Educação Social, e pouquíssimas voltadas para a Gerontologia, dificulta a existência de uma formação que abranja ambas as áreas. Mas, se em nosso país, ainda não possuímos estes precedentes, o mesmo não ocorre em Portugal. Há mais tempo atentos para o processo de envelhecimento de sua população e suas especificidades, os portugueses que desejam empreender práticas educativas voltadas para a população idosa possuem diversas alternativas quanto à graduação e pós-graduação. Dentre elas, o curso de Licenciatura em Educação Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu.

Conforme descrito por Araújo et. al (2014), o relato de como se organiza o curso de Licenciatura em Educação Social e, especialmente, como acontece o estágio na especificidade das práticas voltas à Gerontologia, é de extrema relevância para que possamos pensar em como este processo pode se dar em solo brasileiro. Este tipo de relato pode ser utilizado como exemplo de práticas que possam ser pensadas para a nossa população (observadas as particularidades de cada país) e, conseqüentemente, a elaboração de uma formação específica e de qualidade para estes profissionais, essencialmente *educadores sociais*, uma vez que são agentes e mediadores de transformações sociais (MACHADO, 2014). Cabe aqui, também, delinear uma análise comparativa dos espaços portugueses que executam tais serviços (onde os estágios são realizados) e os espaços brasileiros que, mesmo com parca ou nula apropriação temática se propõem a realizar ações educativas com a população geronte – como é o caso das ONGs. Diante desta descrição das práticas portuguesas, foi possível identificar a concepção que os estudiosos e práticos da educação social para a velhice em Portugal possuem de que, uma educação para a velhice pressupõe uma reeducação de toda a população. Esta afirmação, extremamente relevante para o horizonte da Gerontologia brasileira, corrobora com o aspecto educativo das *relações intergeracionais*, assunto mais amplamente abordado no próximo capítulo.

Como possíveis campos de atuação do educador social voltado para o idoso no Brasil, um dos espaços de maior destaque é o Serviço de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos. De acordo com o caderno Perguntas Frequentes - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (BRASIL, p. 8, 2015), o SCFV:

possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Deve ser ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários.

O SCFV tem na natureza de sua existência, a constituição de espaços de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia do público atendido, a partir dos interesses, demandas e potencialidades de cada faixa etária e, dentre elas, a faixa etária que concerne a população idosa. Uma das concepções intrínsecas ao SCFV é a de que os ciclos de vida familiar possuem significativas relações aos ciclos de vida e do desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos que compõem este espaço. Um de seus fins é ofertar a seus partícipes momentos de convivência e sociabilização, no sentido de prevenir situações de risco e exclusão sociais, a partir do fortalecimento de vínculos. Há, na legislação deste serviço, a orientação de que se componham equipes especificamente voltadas para a população idosa.

Diante dos elementos aqui apresentados em relação às origens e compreensões da Educação Social no Brasil e suas possíveis implicações na Assistência, como a instituição do SCFV, por exemplo, entendemos que este campo se ocupa na sua práxis, também, das demandas da população idosa. Embora ainda não da forma ideal, que atenderia de fato as demandas dessa população de modo a instituir melhorias e mudanças sociais. Além de percebermos uma manutenção social, ao contrário desta mudança pretendida, também entendemos que a falta de uma formação adequada, específica, contribuem estreitamente para a dificuldade na percepção da dimensão educativa do trabalho social realizado com esta população.

4 UM HORIZONTE POSSÍVEL: INTERAÇÃO INTERGERACIONAL

O diálogo, como encontro dos homens para a “pronúncia” do mundo, é uma condição fundamental para a sua real humanização. Ele que é sempre comunicação, funda a co-laboração. O diálogo não impõe, não manipula, não domestica, não sloganiza.

(LEMES, 2017, p. 122)

Este breve capítulo pretende, sobretudo, *inspirar* um possível horizonte nas ações educativas para a população idosa. Evidenciar possibilidades, a partir da apresentação do conceito de interação intergeracional e de práticas portuguesas que nela se baseiam.

De acordo com uma pesquisa divulgada pelo IBGE no ano de 2017, 26% das jovens que estavam fora da escola alegaram cuidar da casa, de crianças *ou* idosos. Certamente esta é uma realidade que acomete especialmente às populações empobrecidas, retratando uma dupla negação de direitos: a das jovens de estarem na escola, e a dos idosos de receberem cuidados próprios e adequados, por profissionais. Na premência de se pensar práticas educativas voltadas para a velhice, mas que contemplem toda a população e uma educação intrinsecamente permanente, um relevante intento neste sentido é a interação intergeracional.

Se os dados citados no parágrafo anterior retratam uma realidade de cuidados de jovens para idosos, geralmente netos e avós, o contrário é ainda mais comum: diante de muitos fatores, como a ascensão da mulher no mercado de trabalho, o aumento no número de divórcios e uma saída de casa cada vez mais tardia por parte dos jovens adultos, observamos um número extremamente considerável de idosos, geralmente aposentados, incumbidos dos cuidados com seus netos. Ramos (2011) aponta para o quanto estas interações inundam o jogo simbólico e o repertório das crianças.

Dada a fluidez das relações e configurações familiares modernas, essa comunicação entre as diferentes gerações já se dá de modo cotidiano, informal. Ramos (2006) aponta algumas representações infantis das velhices como pautadas em suas relações com o mundo, pois as crianças “também produzem e reproduzem investimentos simbólicos sobre o corpo-velho, investimentos aprendidos nas suas relações com outras crianças, pais, livros, propagandas, novelas, escola, e outros produtos em circulação”. (p.119 e 120). Como projeto educativo, a interação intergeracional institucionaliza-se, tendo como destaque as possíveis trocas entre os distintos sujeitos. Considerando a velhice como um processo de perdas e ganhos, podemos afirmar que as outras gerações têm muito a aprender com as populações idosas – e do mesmo modo, o contrário.

A pesquisadora portuguesa Cristina Palmeirão⁷ apresenta um panorama de práticas pautadas na interação intergeracional em seu texto “*A educação Intergeracional no horizonte da Educação Social: compromisso do nosso tempo*” (2008) – que inspira a escolha do título desta monografia. As experiências descritas neste artigo inspiraram, também, a percepção da enorme potencialidade existente nestas relações, uma vez que pude destacar nesta prática um horizonte, de fato, para a educação em envelhecimento. A experiência escolar neste trabalho descrita, surpreendentemente, enquadra-se no campo da educação social, uma vez que pensa os indivíduos que compõem a sociedade em suas particularidades, mazelas e (in)semelhanças – no sentido de superação de preconceitos, estereótipos e vulnerabilidades. Deste modo, estas práticas podem ser vistas como possíveis exemplos que possam ser aplicados no Brasil.

Estas práticas descritas por Palmeirão (2008) fazem referência a um estudo realizado em um lar para idosos e uma escola, no qual as crianças e os idosos protagonizaram, juntos, diversas ações educativas. Nestes encontros, promovidos, principalmente, diante do objetivo de superação de estereótipos, houve, além das inúmeras descobertas e aprendizados para ambas as gerações, muito diálogo e muita troca de afeto.

⁷ Cristina Maria Gomes da Costa Palmeirão é professora auxiliar da Faculdade de Educação e Psicologia da Católica Porto. Doutorou-se pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, em 2008. Disponível em: < <http://www.fep.porto.ucp.pt/pt/docentes-cristina-palmeirao> >. Acesso em 13 mar. 2019.

Tais ações educativas são pautadas na perspectiva da *solidariedade intergeracional* e visam estabelecer alicerces comunicacionais entre as gerações mais novas e as mais antigas. Superam, também, a institucionalização da velhice como reflexo patológico, ao mesmo passo em que consideram educação como instrumento de mudança social. Estas intervenções educativas proporcionaram intercâmbios intergeracionais capazes de superar estereótipos entre ambos os grupos etários (crianças e idosos), uma vez que pautadas na *amorosidade* e no aprender de *ser sujeito*, capazes de gerar uma genuína empatia de escuta (recíproca). Em Lópis apud Martins (2015, p.670) podemos confirmar algumas das possibilidades inerentes a esta prática educativa:

Consideramos as possibilidades educativas, em diversas realidades sociais e culturais, num universo humano que pretende no encontro com as 'outras pessoas', com os saberes, as tradições, as práticas e experiências e vivências satisfazer o seu processo de envelhecimento.

Este *encontro com as outras pessoas*, quando planejado e pautado em um projeto educativo emancipatório, traduz uma significativa possibilidade de horizonte a trilhar nos caminhos da gerontologia e da interação intergeracional.

5 (IN)CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Se iniciar a escrita de um trabalho é desafiador, ainda mais difícil é terminá-lo. Ciente do quanto ainda haveria para se aprimorar, pesquisar, aprender e registrar, é preciso, também, reconhecer a necessidade de interrompê-lo. A sensação de inacabamento é inevitável, dada a intensa imersão que se faz ao escrever um trabalho de conclusão e, conseqüentemente, da importância pessoal que se atribui a ele. Porém, já que não é possível continuá-lo, há a necessidade de encerrá-lo, tratarei de apresentar aqui uma retomada dos pontos mais importantes de seu desenrolar.

Tratando-se de uma revisão de literatura, constituir o fazer deste trabalho a partir de diversas leituras e estudos foi fundamental. No entanto, o entusiasmo com a temática e inevitável *empolgação* na seleção de textos no início da elaboração do TCC acabou por, em alguma proporção, atrapalhar que, no decorrer da escrita, a seleção bibliográfica ocorresse de uma forma mais prática. Assim, imagino que uma primeira seleção de literatura mais enxuta, mais específica, pudesse ter inspirado melhores resultados.

Tendo trilhado estes percursos, de leituras e análises, mas, sobretudo, de inspiração, julgo necessário o regresso ao início, para assim retomar a pergunta que conduziu este trabalho. Retomo-a, não com o intuito de, de fato, *concluir* este trabalho, pois acredito que ele não está finalizado. Mas, sim, com o intuito de refletir sobre sua reverberação nas linhas que a seguiram. “*É possível destacar inter-relações entre a gerontologia e a educação social?*”

Após selecionar, (des)selecionar e (re)selecionar as obras, textos e documentos aqui apresentados, analisando-os, destaco alguns pontos que me foram mais relevantes no sentido de resposta à minha própria pergunta:

- Sobre o perfil de envelhecimento no Brasil, uma das informações que julgo de maior importância é a de que a qualidade e boas condições de vida não correspondem, não contemplam, o exponencial aumento do número de pessoas idosas (MENDES, 2005). Vive-se mais, mas não se vive melhor – ao menos não nas classes populares. Esta compreensão de que existem

velhices diversas, diante de condições de vida diversas, também é de suma importância para que se entenda a qual população específica as políticas públicas – e, na mesma proporção, os seus cortes, se destinam. A multiplicidade na especificidade humana deve se manter respeitada, mas, diferentemente, a disparidade de condições de sobrevivência deve ser combatida. A longo prazo, entendo que esta evolução social só poderá se dar através da ação educacional.

- Acerca das especificidades da Educação Social, de sua estruturação em solo brasileiro, seus conceitos e suas implicações na instituição de Políticas Públicas na Assistência Social, reitero a importância de aumentar sua frequência e aprofundamento no campo de estudos da educação – ainda parcamente explorado. Que cada vez mais estudantes e pesquisadores da educação brasileira busquem especializar-se nesta área, contribuindo, através da prática educativa, para a superação de desigualdades.
- No horizonte da Educação Social brasileira, enxergo uma maior apropriação na Gerontologia. Acredito que esta premissa emergente no país suscitará em um maior investimento em pesquisas e práticas voltadas para a população geronte. E de acordo com as inspirações portuguesas, neste trabalho apresentadas, principalmente as práticas educativas descritas por Palmeirão, a minha previsão é de que, tanto este aprofundamento em pesquisa, quanto a instituição de práticas específicas, vão se dar no campo da educação social.

É na continuidade e no refazimento dos estudos acerca do campo social - e do tanto a que ele se refere, que seguiremos defendendo a garantia de direitos das populações que sofrem as consequências da desigualdade. Fazer isso em um contexto incerto como o que nos encontramos é, também, *um ato de ousadia*. Por isso, contesto a conclusão deste trabalho, *ousando* em aqui registrar sua *inconclusão* – confirmando assim o desejo de uma continuidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L., AMANTE, M.J., FONSECA, S. et al. (2014). **A prática do educador social no envelhecimento: da formação à ação.** In P. Delgado et al. (Coords.), *Pedagogia/Educação Social – Teorias e Práticas: Espaços de Investigação, Formação e Ação* (p. 24-28). Porto: Escola Superior de Educação do Porto. ISBN: 978-972-8969-06-6.

AZEVEDO, Joaquim, BAPTISTA, Isabel. **Educadores Sociais: Quem são? O que**

fazem? Como desejam ser reconhecidos? In: *Cadernos de Pedagogia Social*. ISSN 1646-7280 . Nº 2 (2008), p. 45-60.

BRAGA, S. F. M., GUIMARAES, L. de V. M., SILVEIRA, R. B., & CALBINO, D. (2016, outubro 27). **As Políticas Públicas para os Idosos no Brasil: A Cidadania no Envelhecimento.** *Diálogos Interdisciplinares*, 5(3), 94-112. Recuperado de <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/171>

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 jan. 1994.

_____. **Estatuto do idoso:** lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003.

Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Perguntas frequentes:** Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Brasília, Versão atualizada, Março de 2015.

DE SOUZA, Luccas Melo et al. **Nursing consultation to elderly people based on andragogy:** a review article. *Online Brazilian Journal of Nursing*, [S.l.], v. 8, n. 1, feb. 2009. ISSN 1676-4285. Disponível em: <<http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/j.1676-4285.2009.2119>>. Acesso em Mar. 2019.

DIAS, Santiago Pavani. **Educadoras e Educadores Sociais de Porto Alegre em busca de reconhecimento.** 2018. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8164>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

DOLL, Johannes. Educação e Envelhecimento: Desafios no mundo contemporâneo. In: Aurízia Anica; António Fragoso; Carlos Ribeiro; Carolina de Sousa. (Org.). **Envelhecimento ativo e Educação.** 1ed. Faro, Portugal: Universidade do Algarve, 2014, v. 1, p. 5-17.

_____. **Bem-estar na velhice: mitos, verdades e discursos, ou a gerontologia na pós-modernidade.** *Revista Brasileira De Ciências do Envelhecimento Humano*, 3(1). 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.5335/rbceh.2012.60>>. Acesso em Mar. 2019.

DOLL, Johannes. GOMES, Angela; HOLLERWEGER, Leonéia; PECOITS, Rodrigo M.; ALMEIDA, Sionara Tamanini de. Atividade, Desengajamento, Modernização - teorias sociológicas clássicas sobre o envelhecimento. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 12, p. 7-33, 2007.

DOLL, Johannes, KARL, Fred. Demência e pedagogia social. In: **Estudos interdisciplinares sobre o**

envelhecimento, v. 10. Porto Alegre: PROEXT/UFRGS, 2006. p. 45-56.

FERNANDES, Maria Teresinha de Oliveira; SOARES, Sônia Maria. **O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil**. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 46, n. 6, p. 1494-1502, Dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342012000600029&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Fev. 2019.

FERRIGNO, José Carlos. O cidadão idoso: consumidor e produtor cultural. In: Alexandre de Oliveira Alcântara; Ana Amélia Camarano; Karla Cristina Giacomini. (Org.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. 1ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, v. , p. 343-357.

FONTOURA, D. S.; DOLL, J.; OLIVEIRA, S. N. **O Desafio de Aposentar-se no Mundo Contemporâneo**. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 40, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/45774/32228>>. Acesso em Mar. 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.

_____. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **O Educador vida e morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JANCZURA, Rosane. **Risco ou vulnerabilidade social?** Revista Textos e Contextos (Porto Alegre), v.11, n.02, p.301-308, ago./dez. 2012.

LEMES, Marilene Alves. **Estratégias de participação na política de assistência social na perspectiva de Paulo Freire**. Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2017.

MACHADO, Érico Ribas. **O desenvolvimento da pedagogia social sob a perspectiva comparada: o estágio atual no Brasil e Espanha**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.48.2014.tde-10112014-142130. Acesso em: 25 Fev. 2019.

MARTINS, José Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, Ernesto Candeias. **Educar adultos maiores na área da educação social: a intergeracionalidade numa sociedade para todas as idades**. Inter-Ação, Goiânia, v.40, n.3, set./dez. 2015.

MENDES, Márcia R.S.S. Barbosa et al . **A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração**. Acta paul. enferm., São Paulo, v. 18, n. 4, p. 422-426, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002005000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 Fev. 2019.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. Sociedade em Debate, Pelotas, n17, p.29-40, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/695>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

PALMEIRÃO, Cristina. **A educação intergeracional no horizonte da Educação Social: compromisso do nosso tempo.** In: Cadernos de Pedagogia Social. ISSN 1646-7280. Nº 2 (2008), p. 81-100.

_____. **A interação geracional como estratégia educativa:** um contributo para o desenvolvimento de atitudes, saberes e competências entre gerações. In: I Congresso Internacional de Animação Sociocultural na Terceira Idade. Chaves, Portugal. 5-7 Novembro, 2009 - Intervenção - Associação para a Promoção e Divulgação Cultural, 2009. ISBN 978-972-99851-5-7. p. 22-35 <http://hdl.handle.net/10400.14/3961>

RAMOS, Anne Carolina. **Meus avós e eu:** As relações intergeracionais entre avós e netos na perspectiva das crianças. Porto Alegre: UFRGS/ Faculdade de Educação/ Programa de Pós-graduação em Educação, 2011 [Tese de Doutorado].

_____. **Cultura Infantil e Envelhecimento:** o que as crianças têm a dizer sobre a velhice? Um estudo com meninos e meninas da periferia de Porto Alegre. 2006. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SANTOS, Karine; LEMES, Marilene Alves. **O sentido do trabalho educativo no campo social.** Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, [S.l.], p. 45-67, set. 2016. ISSN 2318-1982. Disponível em: <<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/912>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

SCOTT, Russel Parry. Envelhecimento e juventude no Japão e no Brasil: idosos, jovens e a problematização da saúde reprodutiva. In: MINAYO, MCS., and COIMBRA JUNIOR, CEA., orgs. Antropologia, saúde e envelhecimento [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. Antropologia & Saúde collection, p. 103-127. ISBN: 978-85-7541-304-3. Disponível em <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 11 mar. 2019.

STRECK, Danilo R. **Ligações esquecidas: requisitos para uma pedagogia social latinoamericana.** Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012, p. 33-40.

SOUZA, Edinilsa Ramos, et al. **O idoso sob o olhar do outro.** In: MINAYO, MCS., and COIMBRA JUNIOR, CEA., orgs. Antropologia, saúde e envelhecimento [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. Antropologia & Saúde collection, pp. 191-209. ISBN: 978-85-7541-304-3. Disponível em <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 11 mar. 2019.